

# FORMAÇÃO CONTINUADA FRENTE À ADOÇÃO DO CURRÍCULO MÍNIMO: UMA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA E LÍNGUA PORTUGUESA DA REGIONAL NOROESTE FLUMINENSE

---

## **Jose Luiz Barbosa**

Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pelo PPGP/CAEd/UFJF. Coordenador de avaliação e acompanhamento da Diretoria Regional Pedagógica Noroeste Fluminense da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

## RESUMO

O presente artigo, produto de uma dissertação de mestrado, apresenta os resultados de uma análise da formação continuada oferecida aos professores em Língua Portuguesa e Matemática da Regional Noroeste Fluminense, por meio do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e o Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro. Teoricamente, o estudo reúne informações sobre a educação escolar fluminense referente aos seus indicadores educacionais, suas reformas curriculares e sobre a formação continuada de seus professores. Empiricamente, congrega dados coletados através de questionário composto de perguntas fechadas e abertas. Os resultados obtidos indicam que os referidos cursos têm contribuído para a efetivação do Currículo Mínimo nas escolas estaduais fluminenses, na medida em que preenchem lacunas do conhecimento dos docentes, capacitando os professores cursistas para a aplicação desse currículo na sala de aula.

**Palavras-chave:** Indicadores educacionais. Formação continuada de professores. Programa SEEDUC/CECERJ. Currículo Mínimo.

## ABSTRACT

The present article, derived from a master's degree dissertation, presents the results of an analysis of the continuing training offered to Portuguese Language and Mathematics teachers in the North East area of the State of Rio de Janeiro, by means of a collaboration between the State Education Secretariat and the Centre for Science and Distance Learning of Rio de Janeiro. Theoretically, the study gathers information regarding school education in the state of Rio de Janeiro in terms of academic achievement indexes, curricular changes and the continuing training of its teachers. Empirically, it aggregates data collected through a survey composed of open and multiple choice questions. The results obtained indicate that such courses have contributed to the implementation of the basic curriculum in state schools, given that they fill in the gaps of knowledge by the teachers, preparing such professionals to utilizing such curriculum in the classroom.

**Keywords:** Academic achievement indexes. Continuing teacher training. SEEDUC/CECERJ Program. Basic curriculum.

## INTRODUÇÃO

A Lei nº 9394/96, em seu Título VI, artigos 63 e 67, referentes aos profissionais da educação, preceitua a valorização e o aperfeiçoamento desses profissionais. Diante desse contexto legal, novos paradigmas têm orientado os programas de formação em serviço, fortalecendo as linhas do aprimoramento profissional e da melhoria da qualidade da educação nas redes públicas, o que, no dizer de Gatti e Barretto (2009), traduz-se num “ensaio de alternativas de formação continuada de professores” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 199).

Em 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) colocou em xeque a qualidade da rede escolar estadual fluminense, ao sinalizar o baixo desempenho dos alunos em questões referentes às habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática. O Ensino Médio da rede ficou em penúltimo lugar em relação à totalidade dos estados brasileiros. Tal fato fez com que, em 2011, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) colocasse em prática uma série de ações configuradas no Programa de Educação do Rio de Janeiro/Planejamento Estratégico.

Como proposta inicial dessas ações, foi sugerido pela SEEDUC-RJ um currículo mínimo a ser implantado na rede escolar estadual, com o propósito de orientar a prática docente em sala de aula, no que diz respeito aos conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidas junto aos alunos. Posteriormente, com vistas à concretização desse novo currículo, foi elaborado e desenvolvido pela SEEDUC-RJ, em parceria com a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECERJ) e em convênio com as universidades do Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ), um Programa de Formação Continuada para professores, a princípio em Matemática e Língua Portuguesa. Nesse sentido, o Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ configurou-se como um instrumento para a formação continuada desses professores.

Levando em conta esse contexto, o presente artigo tem o propósito de proceder a uma análise do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ quanto ao seu objetivo de instrumentalizar professores, inicialmente de Matemática e Língua Portuguesa, para a implementação desse novo currículo na sala de aula das escolas da rede pública fluminense. Para tanto, a Regional Noroeste Fluminense constituiu-se o *locus* privilegiado desta pesquisa, uma vez que reúne professores contemplados com o referido curso, desde a época de sua implantação, em junho de 2011. Assim sendo, os protagonistas principais desta investigação são os professores cursistas que atuam nas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª série do Ensino Médio. A partir de seus depoimentos, coletados por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, pode-se chegar a resultados importantes sobre o objeto de estudo em questão.

## OS INDICADORES EDUCACIONAIS COMO ARCABOUÇO TEÓRICO DO ESTUDO

A avaliação do desempenho escolar do sistema público de ensino é tema recente no cenário da educação brasileira, com antecedentes situados na década de 1990, quando o Ministério da Educação (MEC) implantou alguns programas de avaliação externa: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), o Exame Nacional de Cursos (ENC/ “Provão”) hoje, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Vale destacar que, em âmbito nacional, o SAEB é a primeira iniciativa organizada sobre os eixos da democratização da gestão, valorização do magistério e qualidade de ensino, com o intuito de coletar dados sobre o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio por meio de provas escritas que associam conteúdos curriculares e operações mentais (competências e habilidades), servindo como um indicador do trabalho desenvolvido pela escola (COCCO, 2013).

Instituído desde 1988, em 2005 o SAEB, a partir da Portaria nº 931 (BRASIL/ MEC, 2005), passou a ser composto de dois processos de avaliação em larga escala: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também denominada Prova Brasil.

Em 2007, dois conceitos importantes para a qualidade da educação foram agregados a esses processos – fluxo escolar e médias de desempenho –, cujo produto final foi o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

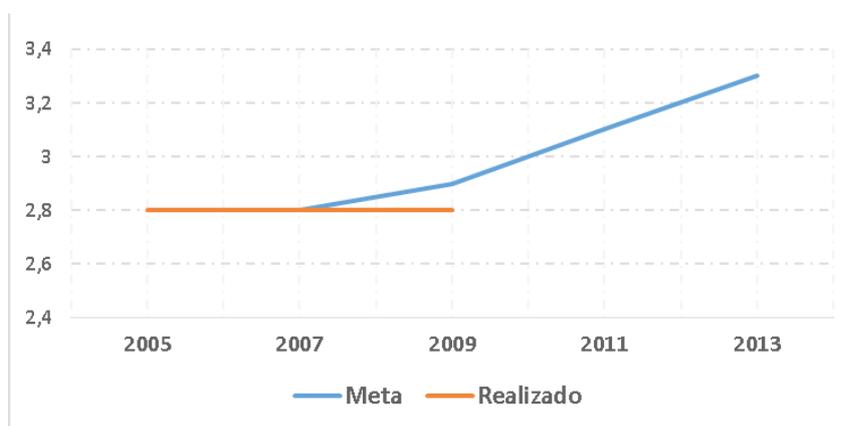
Diante desse cenário avaliativo, muitos estados brasileiros foram desafiados à criação de programas de melhoria dos índices da educação básica, por meio de sistemas próprios de avaliação e de um índice adequado para orientar as metas estratificáveis a serem seguidas pela sua unidade/rede de ensino, tendo por base o SAEB. No estado do Rio de Janeiro, sua concretização se fez por meio do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), instituído em 2008 pela Secretaria de Estado de Educação (RIO DE JANEIRO/SEEDUC). Em 2011, foram criados o sistema de avaliação bimestral do processo de ensino e aprendizagem nas escolas (Saerjinho) e o Índice do Desenvolvimento Escolar do Rio de Janeiro (IDERJ).

Oportuno é esclarecer que o SAERJ, uma avaliação de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, destinada às turmas do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental, da 3ª série do Ensino Médio, e das fases equivalentes da Educação de Jovens e Adultos, tem como finalidade monitorar o padrão de qualidade do ensino e colaborar com a melhoria da qualidade da educação;

já o Saerjinho é um sistema de avaliação diagnóstica bimestral, com provas de Língua Portuguesa e Matemática – mais recentemente também provas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza – aplicadas aos alunos do 5º (também 6º a partir de 2015) e 9º ano do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio das escolas estaduais, cujos resultados vão apontar a eficiência e a qualidade do trabalho desenvolvido em cada unidade escolar. O IDERJ é produto de dois indicadores: Indicador de Desempenho (ID) e Indicador de Fluxo (IF), muito similar ao IDEB (RIO DE JANEIRO/SEEDUC, 2011a, p. 1).

Dados provenientes dos resultados do IDEB colocam a situação do Ensino Médio da rede estadual escolar fluminense em estado de alerta, isto porque na série histórica de 2005, 2007 e 2009 o índice alcançado não superou a marca de 2,8 pontos, indicativo de nenhum crescimento de desempenho mensurável pelas avaliações externas no referido período, conforme demonstra o Gráfico 1:

**GRÁFICO 1. Evolução do IDEB – Estado do Rio de Janeiro – Ensino Médio**



Fonte: BRASIL/INEP, 2011.

Outro fato importante observado em relação ao IDEB, em 2009, diz respeito ao penúltimo lugar ocupado pelo Ensino Médio no *ranking* dos estados brasileiros. Além de não atingir a meta proposta, que era de 2,9 pontos, revelou um resultado bastante abaixo da média regional (São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais), que foi em torno de 3,5 pontos.

Em relação ao Ensino Fundamental, a situação não era diferente daquela apresentada no Ensino Médio. Dados apurados junto ao INEP (2013) indicam os baixos índices das avaliações externas de 2005, 2007 e 2009 – respectivamente 2,9; 2,9; e 3,1 pontos – nos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Rio de Janeiro. Apesar do atingimento da meta, os índices estavam distantes da média do Brasil, que era de 4,9 no ano de 2009.

Diante desse cenário, a educação escolar fluminense foi questionada e desafiada a alcançar a meta já na avaliação seguinte. Para tanto, a Secretaria

de Educação do Estado do Rio de Janeiro deu início a um ciclo de reformas concebido dentro Programa de Educação do Estado/Planejamento Estratégico, no sentido de reverter esse quadro, ou seja, com o intuito de eliminar, ou pelo menos minimizar este cenário de indicadores negativos do desempenho da educação estadual fluminense. Assim sendo, em janeiro de 2011, a SEEDUC-RJ deu início a

[...] diversas mudanças na estrutura, no ensino e no dia a dia em sala de aula, ou seja, reestruturação organizacional: redução do número de regionais, passando de 30 para 14; implementação de sistema de gestão e metas para cada escola; criação do Comitê GIDE (Gestão Integrada da Escola) e Formação de 250 IGTs (integrantes do Grupo de Trabalhadores/agentes multiplicadores); implantação do Currículo Mínimo; implantação de simulados bimestrais (Saerjinho); processo seletivo para funções estratégicas da área pedagógica e a criação das carreiras de Gestor e Técnico de Educação. Além disso, destacam-se ainda a implementação de Programa de Remuneração Variável e do Programa de Formação Continuada dos Professores (RIO DE JANEIRO/SEEDUC, 2011b, p.1).

Assim sendo, o programa supracitado traduz-se num plano de melhoria dos resultados educacionais da rede estadual sob responsabilidade da SEEDUC-RJ. Entre as dimensões, destacam-se uma que contempla ações de caráter curricular, por meio da elaboração e implantação de um currículo mínimo para toda a rede; outra que diz respeito à formação continuada de professores.

Oportuno é esclarecer que o currículo mínimo foi lançado no início do ano letivo de 2011. Naquele momento, o documento contemplava as disciplinas Língua Portuguesa/Literatura, Matemática, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Em relação à formação continuada de professores, importante é mencionar que o seu início ocorreu em junho, também de 2011, com vistas à qualificação e à atualização dos professores a fim de que o currículo mínimo das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática pudesse ser implementado nas escolas.

Esses dois campos – Currículo Mínimo e Formação Continuada de Professores – contemplados no Programa de Educação do Estado do Rio de Janeiro foram considerados fundamentais às mudanças que se faziam necessárias para a elevação do padrão de qualidade da educação básica neste estado.

## O CURRÍCULO MÍNIMO COMO FIO CONDUTOR DO ESTUDO

Ponderar questões a respeito da implementação de um currículo mínimo com o propósito de reverter a situação negativa do desempenho da educação estadual fluminense, seja no âmbito do Ensino Fundamental ou do Médio, implica discorrer sobre as reformas curriculares no estado do Rio de Janeiro, a partir do ano 2000.

Em 2004, como ação da SEEDUC-RJ, foram constituídos grupos de trabalho compostos de consultores e professores da rede estadual para elaborar um documento para cada área do conhecimento. A coordenação desse projeto coube à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esses documentos foram apresentados para debate num *workshop* com professores da rede estadual em novembro daquele ano. Ainda, segundo esses organizadores, em fevereiro de 2005, um documento intitulado “Reorientação Curricular” foi apresentado a todas as escolas da rede estadual fluminense, cujo objetivo era o de nortear o processo de elaboração e construção do planejamento político pedagógico e do currículo das escolas da rede estadual pública do Rio de Janeiro. Junto com esse documento, foram enviados questionários para serem preenchidos pelos professores.

Além disso, no segundo semestre de 2005, a SEEDUC-RJ promoveu um curso de formação continuada para seus professores que produziram material didático, publicado no início de 2006, juntamente com uma versão revisada do documento de reorientação (BARROSO e MANDARINO, 2006, p. 13-14).

Em 2008, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, com o objetivo de “possibilitar um acompanhamento mais preciso do desempenho dos alunos” (MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO, 2009, p. 5), implementou, em convênio com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ).

No ano de 2010, alguns reajustes curriculares foram feitos em termos de conteúdos e competências a serem trabalhados pelos professores da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO/SEEDUC, 2011c). Essa reorientação curricular constituiu-se numa releitura da proposta curricular anterior. Nesse momento, todos os professores da rede foram convidados para um processo de elaboração do currículo mínimo que deveria estabelecer diretrizes institucionais sobre conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidos no processo ensino-aprendizagem em todas as escolas da rede.

Ainda em 2010, foi disponibilizada aos professores a primeira versão dos Currículos Mínimos para cada disciplina específica, ainda em fase de elaboração,

para sugestões, comentários e críticas, até o dia 12 de janeiro de 2011. Esse passo inicial foi contemplado com audiências públicas na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de professores interessados na discussão. A concepção, redação e revisão dos documentos eram conduzidas por equipes disciplinares de professores da rede coordenados por doutores de diversas universidades do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO/SEEDUC, 2010, p. 2).

Desde fevereiro de 2012, todas as escolas da rede pública estadual receberam as coleções do Currículo Mínimo. Esta foi a estratégia fundamental para elaboração dos planos de cursos e de aulas com a finalidade de orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino e aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Também foram disponibilizados, por meio eletrônico, os currículos das 12 disciplinas da Base Nacional Comum apenas para o ensino regular, já que era essa a prioridade da SEEDUC-RJ. A partir daí, foram sendo consolidados os currículos de todas as disciplinas, inclusive com distinção de outras etapas e/ou modalidades de ensino – anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Curso Normal.

Importa observar que o currículo mínimo constitui-se um dos aspectos mais relevantes das reformas introduzidas na educação escolar da Rede Estadual do Rio de Janeiro, na medida em que o professor passa a

[...] ter um documento básico, que orienta o seu planejamento e as suas atividades. Nesse documento, ele encontra compiladas todas as orientações e legislações, estaduais e nacionais, de forma que tem a garantia de que, ao cumprir o Currículo Mínimo, atenderá todas as diretrizes da Educação Básica. Além destas, também as matrizes de referência dos principais exames externos estão contempladas e abarcadas pelo Currículo Mínimo [...] ao invés de estabelecer métodos e material didático, esse currículo define resultados no sentido de estabelecer o que o aluno deve ser capaz de fazer e saber ao final de cada ano de ensino, dentro de alguns temas, conteúdos, competências habilidades (PELOSI, 2011, p. 1).

Não há dúvidas, a implantação do Currículo Mínimo nas escolas enfrentou vários impasses, sobremaneira em relação

à defasagem entre o nível de aprendizagem apresentado pelos alunos e o nível de ensino que cursa no momento da implantação do Currículo Mínimo; à desatualização de parte dos professores em face aos conteúdos, competências e habilidades relacionadas no Currículo Mínimo; às dificuldades nos mecanismos para o acompanhamento dos professores em relação ao cumprimento do Currículo Mínimo pelos coordenadores gestores em cada unidade escolar; e às dificuldades em relação ao cumprimento do Currículo Mínimo diante da carga horária efetivamente praticada no ensino noturno (PELOSI, 2011, p. 1).

Assim, apesar de um grande esforço de unificar conteúdos e estabelecer uma visão mais voltada para os conceitos de competências e habilidades, no início, os documentos curriculares foram praticamente ignorados pelos docentes que utilizavam correntemente os sumários dos livros didáticos como orientadores de seus planos de cursos e mesmo de aulas.

Apropriado é ressaltar “que a implantação gradual do currículo é um processo demorado e que o domínio insuficiente dos conteúdos remete a problemas da formação inicial” (BARRETO, 2012, p. 2). Não obstante, “sem a participação dos professores, qualquer processo de inovação pode se converter em uma ficção” (BARRETO, 2012, p. 2).

Em consequência desses obstáculos, principalmente no que diz respeito à defasagem entre a formação inicial dos professores e os conhecimentos teóricos e práticos relativos aos conteúdos, competências e habilidades relacionadas no Currículo Mínimo, foi implementado, como parte do Programa de Educação do Estado/Planejamento Estratégico, o Curso de Formação Continuada para professores das escolas estaduais fluminense.

Em resumo, é de se ressaltar que, mesmo sabendo que o estabelecimento de um currículo mínimo não resolveria as dificuldades da educação básica, um movimento de professores da rede estadual e de especialistas das universidades públicas do estado acreditou que um ordenamento curricular pudesse constituir “um solo firme para o desenvolvimento de um conjunto de boas práticas educacionais” (RIO DE JANEIRO/SEEDUC, 2013), em que se pudesse contar com adequados recursos didáticos, interdisciplinaridade e contextualização, inclusão educacional, respeito à diversidade, utilização de novas mídias educacionais, transversalidade entre outras possibilidades para a construção de qualidade em educação.

## **A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO NÚCLEO E OBJETO DO ESTUDO**

A formação continuada constituiu-se numa estratégia visando manter o professor atualizado frente às exigências educacionais da contemporaneidade. Portanto, esse modelo de formação é fundamental como política pública, na medida em que tende a incentivar no docente o hábito da pesquisa e da reflexão sobre sua própria prática pedagógica, além de desenvolver uma mentalidade crítica sobre sua profissão. Nessa perspectiva, Barreto (2012) diz que “o docente é chamado a refletir e a pesquisar sobre a própria prática” (BARRETO, 2012, p.28).

Segundo Alarcão (2001), o caminho a ser seguido pela formação continuada deve ser o que leva em consideração o professor que trabalha em uma escola

viva, cheia de alunos reais, rodeada de um contexto social e sujeita a todos os desafios que a sociedade da aprendizagem e do conhecimento demanda. Nesse sentido, a formação continuada de professores sugere a busca de respostas aos desafios decorrentes das novas relações entre sociedade e educação.

Para Brooke (2010) é preciso que “a formação continuada seja realizada de maneira a suprir as necessidades dos docentes. Sempre pensando em melhorar a atuação dos que precisam, em manter o nível dos que vão bem, estimulando-os a compartilhar suas experiências com os colegas” (BROOKE, 2010, p.3). Dessa forma, a questão da eficácia e eficiência na formação continuada dos professores é processo que conduz à prática docente transformadora, o que leva a melhoria da qualidade do ensino.

Com a implantação, em 2010, do Currículo Mínimo nas escolas estaduais fluminenses, foi necessário capacitar e atualizar os professores da rede estadual para práticas pedagógicas frente aos desafios impostos pela nova proposta curricular. Assim sendo, a reformulação curricular constituiu-se num campo fértil de formação continuada de professores da Rede Estadual do Rio de Janeiro.

Diante desse contexto, a SEEDUC-RJ, em parceria com Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ), conveniada às Universidades do Consórcio CEDERJ, deu início a um projeto no sentido de preencher as lacunas do conhecimento e qualificar professores no que diz respeito à concretização deste currículo na sala de aula. Em razão disso, “os processos de formação continuada para a implementação do currículo passam a ser uma exigência que decorre naturalmente dessa concepção de atuação profissional” (BARRETO, 2012, p. 28).

Vale esclarecer que o CEDERJ é um consórcio formado por sete instituições de ensino superior: CEFET, UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO. Importante também ressaltar que os cursos de formação continuada de professores da Fundação CECIERJ são oferecidos na modalidade de Educação a Distância (EAD), tendo as suas atividades realizadas no sistema de gerenciamento de aprendizagem chamado Moodle (*software* livre de apoio à aprendizagem a distância).

Inicialmente, o projeto foi desenvolvido como um Curso de Aperfeiçoamento com o objetivo de formação continuada dos professores de Língua Portuguesa e de Matemática com atuação no 9º ano do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio. Essa formação foi projetada com o intuito primordial de facilitar a adoção plena do Currículo Mínimo em todas as disciplinas da grade curricular. O seu edital anuncia objetivamente a capacitação “com novas meto-

dologias de ensino e em conteúdos vinculados ao Currículo Mínimo” (RIO DE JANEIRO/SEEDUC, 2011c).

Estruturado pela Fundação CECIERJ, o referido curso tem uma carga horária total de 160 horas, distribuída por quatro módulos de 40 horas (Quadro 1), na modalidade semipresencial, correspondentes aos conteúdos do Currículo Mínimo da Rede Estadual de Ensino.

**QUADRO 1. Curso de Aperfeiçoamento**

<b>NÚCLEO OBRIGATÓRIO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Conteúdos do Currículo Mínimo do 1º Bimestre Letivo	40 horas
Tópicos de Conteúdos do Currículo Mínimo do 2º Bimestre Letivo	40 horas
Tópicos de Conteúdos do Currículo Mínimo do 3º Bimestre Letivo	40 horas
Tópicos de Conteúdos do Currículo Mínimo do 4º Bimestre Letivo	40 horas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses módulos, cujo objetivo é preencher lacunas do conhecimento referentes ao Currículo Mínimo,

[...] são seguidos de capacitação em conteúdo e de oferta de um plano de trabalho com um conjunto de elementos para dinamizar o processo cotidiano da sala de aula. O professor foi acompanhado por uma rede de discussão, debatendo os desafios do ensino e da aprendizagem do módulo trabalhado bem como o plano de trabalho sugerido [...] (MATOS e COSTA, 2013, p. 3).

Nesse sentido, metodologicamente, o curso tem início com um diagnóstico de supostas lacunas do conhecimento do cursista em relação aos conteúdos curriculares ao mesmo tempo em que disponibiliza aos seus participantes um plano dinamizador do processo ensino-aprendizagem em forma de plano de aula. Nesse momento, o professor cursista também discute em rede os desafios de empreender o plano de ensino do conteúdo curricular. Posteriormente, é feita uma avaliação, com vistas a propor mudanças de melhoria no referido plano para que este possa ser padronizado e, então, disponibilizado em um banco de dados de aprendizagem. Ainda no âmbito da metodologia, destaca-se a otimização da Tecnologia da Informação e Comunicação como recurso não apenas de seu percurso nos estudos, mas também como ferramenta para a aplicação dos conhecimentos e dos planos de trabalho na sala de aula. Também fazem parte da metodologia do curso, encontros presenciais bimestrais com o propósito de favorecer a melhoria da informação, da reflexão e da discussão sobre as atividades realizadas, além de promover as trocas de aprimoramento profissional. Acredita-se que desta forma o curso possa con-

tribuir para a melhoria do nível de conhecimento dos professores em sua área específica, bem como a sua prática dentro da sala de aula.

Em 2011, quando do início do Curso de Aperfeiçoamento, foram oferecidas 4.000 vagas. A primeira turma teve os estudos iniciados em junho com previsão de encerramento em maio de 2012, o que de fato ocorreu.

Considerando a época de início do curso – junho de 2011 –, no planejamento foram contemplados conteúdos do 3º e 4º bimestres do Currículo Mínimo para que as atividades elaboradas na plataforma pudessem ser levadas para dentro das salas de aula e as evidências dessas aplicações e seus resultados servissem para a avaliação do desempenho do professor cursista.

Posteriormente ao curso de aperfeiçoamento foi acrescida uma etapa complementar. Para tanto, à carga horária de 160 horas foram adicionadas mais 200 horas a fim de que o cursista fosse contemplado com um certificado de pós-graduação lato sensu. Desta forma, o professor cursista que completasse a carga horária de 180 horas, tendo cumprido as 160 horas nas disciplinas de acompanhamento ao Currículo Mínimo, receberia o Certificado de Curso de Aperfeiçoamento pela Fundação CECIERJ. No caso de cumprir a carga horária de 360 horas, incluindo a monografia, receberia o Certificado de Especialista por uma das universidades consorciadas.

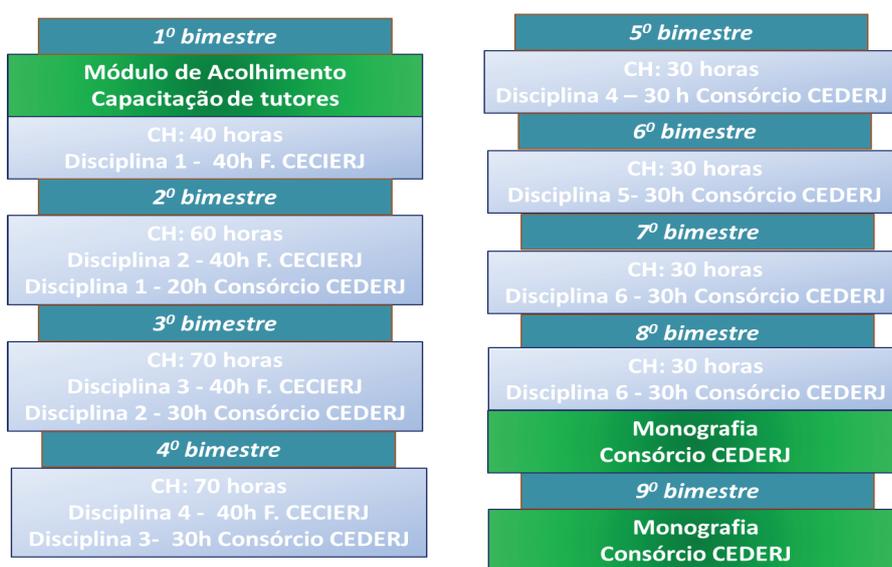
Vale esclarecer que, em sua etapa complementar, o curso privilegiou recursos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) com a utilização da plataforma Moodle, redes sociais e tutoria virtual, além de encontros presenciais, incluindo um módulo de acolhimento. Durante o curso, o professor deveria dedicar às atividades quatro horas semanais, além dos encontros presenciais, de três horas cada, englobando atividades diversificadas, reuniões pedagógicas, encontros para informação, reflexão, discussão e trocas com o propósito de aprimorar a prática pedagógica (SILVA et al., 2013).

Pertinente é observar que o desenvolvimento do Projeto de Formação Continuada inclui o Módulo de Acolhimento, o Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa e Literatura ou em Matemática e o Curso de Especialização em ambas as disciplinas.

No Módulo de Acolhimento, ministrado pela Fundação CECIERJ, ao professor cursista é oportunizado conhecer seu ambiente virtual de aprendizagem – Moodle –, bem como a se familiarizar com as ferramentas necessárias para o seu melhor desempenho no decorrer do curso – estabelecer o seu perfil, compor grupos de estudo, trabalhar com *downloads* e *uploads* de arquivos, a participar de fóruns, enfim, a utilizar ferramentas de sincronia de mediação *online*; o Módulo de Aperfeiçoamento, também ministrado pela Fundação CE-

CIERJ, abrange disciplinas sob a denominação de Tópicos de Conteúdos do Currículo Mínimo, referentes respectivamente aos bimestres que compõem o ano letivo, perfazendo o total de 40 horas; já o Módulo destinado à Especialização, ministrado pelo Consórcio CEDERJ, além de reunir as disciplinas do Curso de Aperfeiçoamento, requer a construção de uma monografia sobre a prática pedagógica desenvolvida na sala de aula. A dinâmica supra descrita pode ser visualizada na figura 1.

**Figura 7. Dinâmica do Curso de Pós-graduação Lato Sensu ministrado nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática pela Fundação CECIERJ – Consórcio CEDERJ**



Fonte: SEEDUC/CECIERJ/CEDERJ, 2011, p. 8.

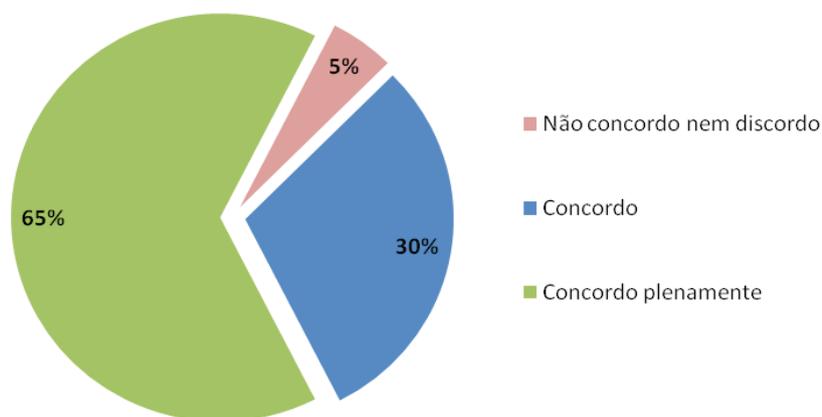
Importante ainda é reafirmar que os cursos de aperfeiçoamento e de especialização oferecidos pela SEEDUC-RJ e instituições conveniadas têm por desafio fazer os professores imergirem no Currículo Mínimo, reconhecendo a vantagem desse projeto e, a partir daí, serem capazes, através da formação, de gerir melhor a própria atividade profissional.

## FORMAÇÃO CONTINUADA E CURRÍCULO MÍNIMO NA ÓTICA DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA E DE LÍNGUA PORTUGUESA DA REGIONAL NOROESTE FLUMINENSE

A partir da análise do questionário aplicado aos pesquisados (professores cursistas) e sem perder de vista o objeto – Formação Continuada de professores na Regional Noroeste Fluminense face à adoção do Currículo Mínimo –, a discussão dos resultados foi feita sob duas dimensões: “a avaliação dos pesquisados sobre o Curso de Aperfeiçoamento de forma geral” e “a avaliação dos pesquisados acerca de suas contribuições para a prática pedagógica escolar”.

A “avaliação dos pesquisados sobre o Curso de Aperfeiçoamento de forma geral” implicou inicialmente num questionamento sobre a adoção do Currículo Mínimo na sala de aula, posto que o nível de aceitação desse currículo pesa sobre sua valorização. Em resposta a esse quesito, mais da metade dos pesquisados (40 ou 65%) afirmou concordar plenamente. Isso, somado à opinião de mais 30% de respostas que concordam com essa adoção, faz com que o nível de aceitação do Currículo Mínimo entre os professores seja bastante significativo, uma vez que atinge a amostra quase em sua totalidade (95%), conforme pode ser observado no Gráfico 2.

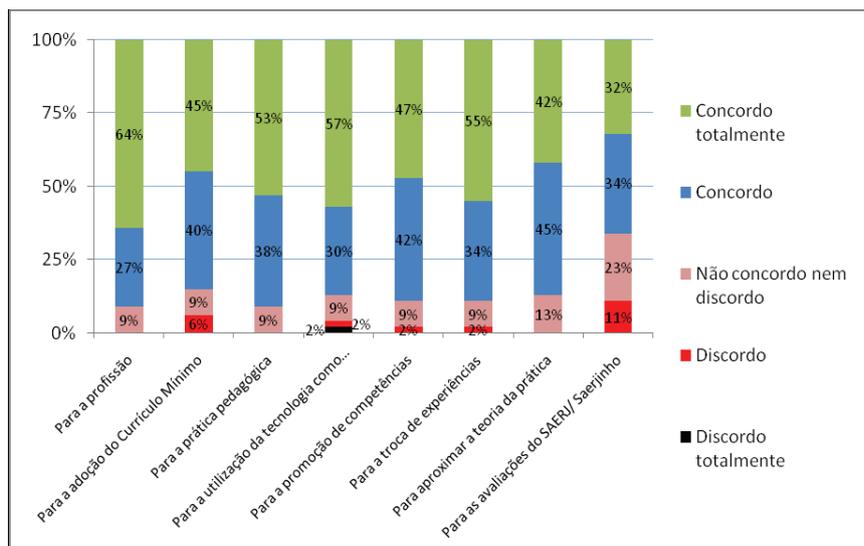
**GRÁFICO 2. Distribuição da porcentagem da situação dos pesquisados sobre a adoção dos conteúdos do Currículo Mínimo na sala de aula**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Questionados sobre as contribuições do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ, grande parte dos respondentes concorda plenamente com a ideia de que o referido curso tem uma importância significativa tanto para a melhoria profissional (90%) como um todo, quanto para a sua atuação na sala de aula (média de 83%), conforme mostra o Gráfico 3.

**GRÁFICO 3. Distribuição da porcentagem da opinião dos pesquisados sobre as contribuições do Curso de Formação Continuada do Convênio SEEDUC/CECERJ**



Fonte: Elaborado pelos autores.

É necessário esclarecer que os 91% relativos à melhoria profissional dizem respeito à soma das variáveis “concordo” e “concordo plenamente”. Quanto à média de 83%, corresponde ao somatório de percentuais das variáveis “concordo” e “concordo totalmente” dividido pelo número total de questões sobre a prática docente dos pesquisados (média aritmética). Percebe-se ainda no Gráfico 3 que os quesitos que contribuem para a melhoria da prática docente dos pesquisados – adoção do Currículo Mínimo (45 ou 85%), utilização da tecnologia como ferramenta pedagógica (46 ou 87%), promoção de competências (47 ou 89%), aproximação da teoria/prática (46 ou 87%) e avaliações do SAERJ/Saerjinho (35 ou 66%) –, situam-se num nível satisfatório de respostas, na medida em que incidem sobre a prevalência das respostas (concordo e concordo totalmente) dos pesquisados. Ainda no item intitulado “prática pedagógica”, os professores cursistas foram solicitados a opinar sobre a contribuição do curso para questões como “o que ensinar”, “por que ensinar” e “como avaliar os conteúdos curriculares”. O nível de concordância (concordo e concordo totalmente) neste quesito foi de 93%.

Todos esses números expressam depoimentos dos pesquisados que reúnem argumentos de que o Curso de Formação Continuada realmente prepara o professor para trabalhar na sala de aula, na medida em que é possibilitada a atualização de conhecimentos, minimizando as lacunas de aprendizagem; ajuda a descobrir novas formas de se aplicar o conteúdo, tornando a prática pedagógica mais significativa; integra teoria e prática; incentiva o uso de atividades na sala de aula com base no Currículo Mínimo, bem como a pesquisa e a busca de novidade; permite repensar criticamente os conteúdos e sua adequação aos alunos.

Dados reportados do referencial teórico, que sustenta o presente estudo, apontam a formação continuada como uma forma de manter o professor atualizado frente às demandas educacionais do mundo atual. Nesse sentido, o comentário de Brooke (2010) é concernente: “é preciso que a formação continuada seja realizada de maneira a suprir as necessidades dos docentes” (BROOKE, 2010, p.3).

Ainda em suas avaliações sobre a contribuição do Curso de Aperfeiçoamento para a prática docente, os pesquisados emitiram opiniões positivas, conforme demonstrado no gráfico 4.

**GRÁFICO 4. Avaliação dos professores cursistas sobre os aspectos positivos em relação à organização curricular do Curso de Formação Continuada do Convênio SEEDUC/CECERJ**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se um percentual bastante significativo no que se refere à contribuição do Curso de Aperfeiçoamento para a prática pedagógica, uma vez que da amostra total dos respondentes (36, retirando os 17 (32%) pesquisados que não responderam os quesitos), 68% (36) compartilham a opinião de que o curso contribui com novas práticas pedagógicas, sendo que 17% deles (9) são da opinião de que o curso fornece subsídios para o uso de novas práticas na sala de aula, 25% (13) concordam que o maior valor do curso está nos conteúdos e no material oferecido pelo mesmo; já 26% dos pesquisados (13) partilham o pensamento de que o aspecto mais relevante do curso contempla a produção e planejamento de atividades.

Observa-se que os dados expressos no gráfico 3 correspondem a depoimentos dos pesquisados sobre o curso, sob alegação de que com este aprenderam muito em termos de metodologia, ou seja, de novas técnicas, práticas, atividades e materiais adequados às suas salas de aula. Também o caderno de atividades e as apostilas disponibilizados pelo curso foram ressaltados por

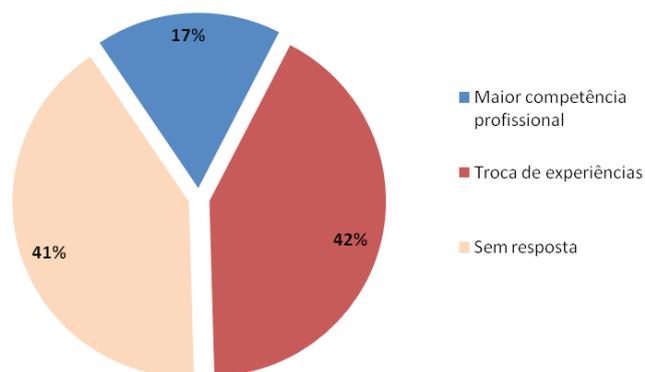
reunirem atividades variadas e interessantes. Além disso, o curso foi destacado por oportunizar aos professores planejarem suas aulas com antecedência.

Informações extraídas de fontes documentais vão ao encontro da opinião dos pesquisados como se pode observar na citação a seguir:

[...] ao longo de cada ciclo, **o professor será capacitado em conteúdo, estratégias didáticas e boas práticas de avaliação** ao longo das duas primeiras semanas de trabalho, e ao fim destas **apresentará um Plano de Trabalho, que guiará sua atuação em sala de aula.** [...] Nas duas semanas seguintes, **o professor aplicará o Plano de Trabalho elaborado**, sendo então acompanhado de perto pelo mediador pedagógico por meio de dois fóruns regulares em que será estimulado a trocar intensivamente experiências com os colegas de curso. Ao final do período de execução de cada plano, **o professor será convidado a reenviar o seu Plano de trabalho (PT), já aprimorado a partir de uma reflexão sobre a experiência já efetivamente desenvolvida com o aluno.** Esse plano reformulado, para avaliação final e aprovação, **será assumido como um material didático de qualidade que deverá ser compartilhado com todos os professores da rede num Banco de Materiais que funcionará como repositório público.** (RIO DE JANEIRO SEEDUC/CECERJ/CEDERJ 2011, p. 12-13. Grifos dos autores).

Questionados sobre as contribuições do Curso de Aperfeiçoamento para o exercício profissional docente, grande parte dos pesquisados (22 ou 42%) argumentou que a troca de experiência, quer entre os professores cursistas quer entre esses e seus tutores, é um fator preponderante para o crescimento profissional. Também, muitos professores (9 ou 17%) consideraram a atualização de conhecimentos como um determinante importante para esse crescimento, conforme demonstrado no gráfico 5.

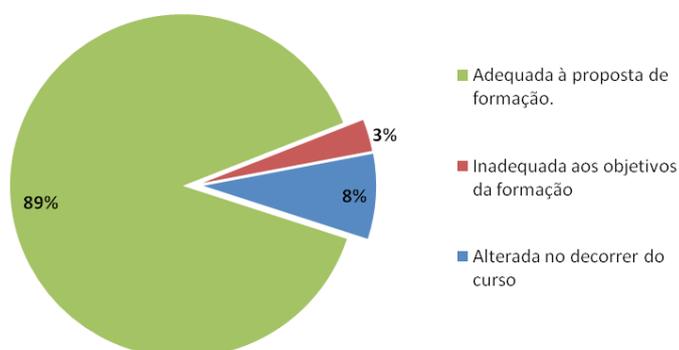
**GRÁFICO 5. Avaliação dos professores cursistas sobre os aspectos positivos do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ em relação à sua contribuição para a formação profissional dos pesquisados**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dados oriundos de questões fechadas do questionário da pesquisa também confirmam “a troca de experiências” como fator preponderante no Curso de Aperfeiçoamento, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

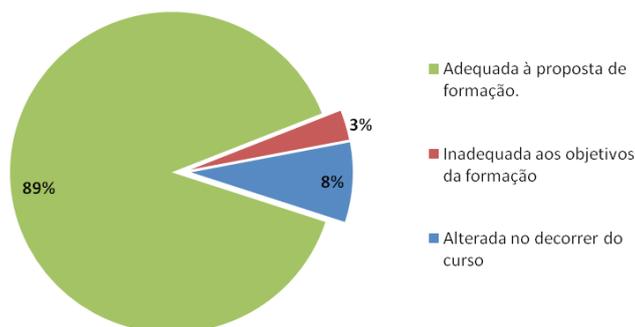
**GRÁFICO 6. Distribuição da porcentagem da opinião dos pesquisados sobre a troca de experiências entre os cursistas como um aspecto favorável à adoção de novas metodologias de ensino e aprendizagem**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Indagados sobre a metodologia utilizada no Curso de Aperfeiçoamento, a maioria dos pesquisados (47 ou 89%) revelou que a mesma está de acordo com a proposta do curso, conforme indicado no gráfico 7.

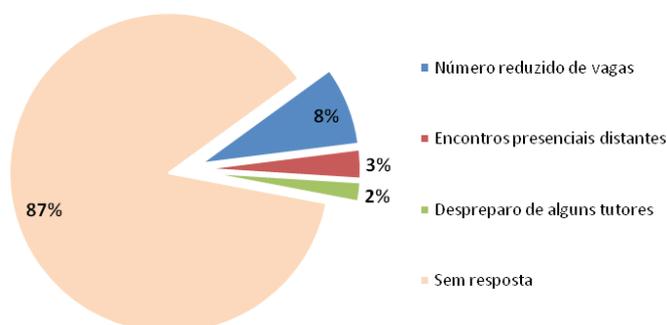
**GRÁFICO 7. Distribuição da porcentagem da opinião dos pesquisados sobre a metodologia do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Questionados sobre os aspectos negativos do curso, os depoimentos dos pesquisados apontam falhas relativas à organização do curso, bem como à sua estrutura pedagógica. A organização do curso foi avaliada em função do número de vagas disponibilizadas, dos locais onde se realizam os encontros presenciais e do despreparo de alguns tutores, sendo que, nesse quesito, apenas nove (13%) dos 53 pesquisados opinaram, conforme dados indicados no gráfico 8.

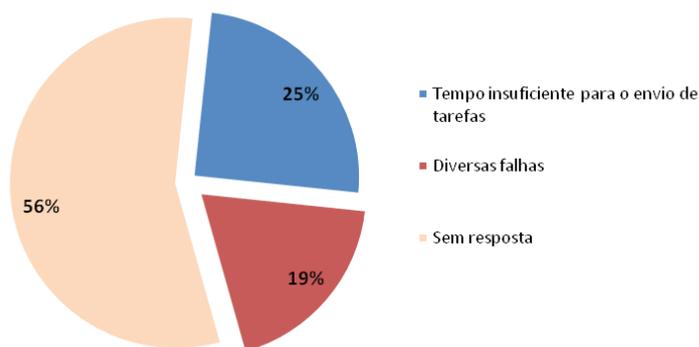
**GRÁFICO 8. Avaliação dos professores cursistas sobre os aspectos negativos em relação à organização curricular do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à estrutura pedagógica do curso os pesquisados apontam deficiências como: “tempo insuficiente para o envio das tarefas” e “outras falhas”, que reúnem “ausência nos fóruns de alguns professores”, “cursistas desinteressados”, “algumas atividades não aplicáveis à realidade escolar”, “falta de um banco de dados paralelo ao curso com todo o material produzido”. Assim, dos 53 pesquisados, apenas 23 (44%) emitiram sua opinião sobre os itens abordados e desses 25% apontaram o “Tempo insuficiente para o envio de tarefas” e outros 19% enumeraram “diversas falhas”, como mostra o gráfico 9.

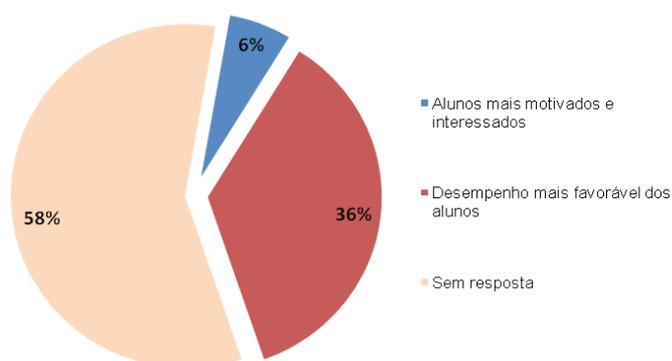
**GRÁFICO 9. Avaliação dos professores cursistas sobre os aspectos negativos em relação à estruturação pedagógica do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os professores cursistas também foram solicitados a dar seus pareceres sobre as contribuições do Curso de Aperfeiçoamento para os seus alunos, bem como para a sua própria prática pedagógica. Em relação a seus alunos, comentaram que uma minoria tornou-se mais interessada, o que pode ser constatado no gráfico 10.

**GRÁFICO 10. Avaliação dos professores cursistas em relação à contribuição do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ em função das mudanças observadas nos seus alunos**

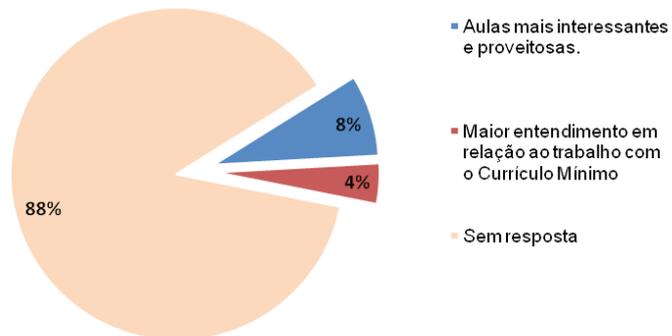


Fonte: Elaborado pelos autores.

Em suas respostas sobre as contribuições do Curso de Aperfeiçoamento para a sua atuação na sala de aula, os professores cursistas afirmaram que houve mudanças bastante significativas em suas práticas. Revelaram também que seus alunos percebem essas mudanças a partir das novidades que são introduzidas na sala de aula. Ainda em suas avaliações, os professores afirmaram que se percebem melhores e mais seguros. Contudo, apenas seis pesquisados (12%) de uma amostra total de 53 professores responderam às perguntas relativas ao quesito em análise, sendo que quatro (8%) afirmaram que o curso

contribuiu para aulas mais interessantes e dois (4%) disseram que a importância do mesmo está em propiciar maior entendimento em relação ao Currículo Mínimo. No gráfico 11, pode-se observar com clareza esses dados.

**GRÁFICO 11. Autoavaliação dos professores cursistas em relação às contribuições do Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ para a sua prática pedagógica**



Fonte: Elaborado pelos autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi constatado nesta pesquisa, tanto por meio da análise e interpretação do corpus de dados, bem como das ideias dos teóricos consultados, é possível inferir que a formação continuada de professores é importante para o enfrentamento das dificuldades em relação à formação inicial, frente às exigências educacionais contemporâneas.

No caso deste estudo, essa formação cumpre esta função, na medida em que coloca o professor em contato com questões que dizem respeito ao Currículo Mínimo, em vigor nas escolas da rede estadual fluminense, desde 2011. Nesse sentido, o Curso de Aperfeiçoamento do Convênio SEEDUC/CECERJ tem contribuído para a efetivação do Currículo Mínimo nas escolas estaduais fluminenses, na medida em que preenche lacunas do conhecimento dos docentes, capacitando os professores cursistas para a aplicação desse currículo na sala de aula. Essa contribuição, de acordo com a opinião da maioria dos pesquisados, ocorre especialmente em termos de elaboração de planos de trabalho, o que possibilita ao professor ser autor de seu próprio material. Além disso, o referido curso vai ao encontro da qualificação profissional, além de enriquecer a prática docente com novas metodologias e/ou recursos o que, em última instância, há que traduzir em uma prática mais comprometida, não só para com o ensino realizado em sala de aula, mas também para com a melhoria da qualidade da educação.

Sumarizando, a análise dos Cursos de Formação Continuada do Convênio SEEDUC/CECIERJ propiciou importantes reflexões como: o aperfeiçoamento profissional é condição imprescindível para que os professores possam atender às exigências da contemporaneidade; é preciso que essa formação não perca de vista o cotidiano vivencial do professor cursista, ou seja, a sala de aula com seus problemas reais; a formação continuada pode ser uma possibilidade promissora de aperfeiçoamento, não obstante, necessita constituir-se como projeto pedagógico articulado com melhorias nas condições de trabalho e salários dos professores; a credibilidade dos professores em relação aos cursos de aperfeiçoamento influencia no sucesso ou fracasso desses cursos e isso, conseqüentemente, também há de produzir efeitos sobre o desenvolvimento da proposta de aprendizagem inovadora se ultrapassar os limites de um mero treinamento. Contudo, tal consideração suscita uma análise aprofundada dessa formação. Para tanto, sugere-se que os Cursos de Aperfeiçoamento do Programa de Formação Continuada do Convênio SEEDUC/CECIERJ sejam investigados à luz dos referenciais teóricos que fazem repensar a ideia clássica de aperfeiçoamento – enquanto treinamento – e as atuais abordagens implementadas, como é o caso dos referidos cursos.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed. 2001.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de currículo e avaliação e políticas docentes. **Cadernos de Pesquisa**. 2012, n.147. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 6 set. 2013.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. **Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar**. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/educacao\\_basica](http://www.inep.gov.br/educacao_basica)>. Acesso em: 5 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. **SAEB**. 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 5 out. 2013.

BROOKE, Nigel. Fala sobre eficácia escolar. **Revista Gestão Escolar**. Entrevista a Gustavo Heidrich, 2010. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

COCCO, Eliane Maria. **Olimpíada de Matemática das escolas públicas e avaliação em larga escala: possíveis interlocuções**. [Dissertação de Mestrado]. 2013. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

Disponível em: <<http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao>>. Acesso em: 5 out. 2013.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (coord). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de; COSTA, Celso José da. **Especialização a distância para professores de Matemática: um projeto SEEDUC/CECERJ/UFF**. 2013. Disponível em: <<http://www.centroedumatematica.com>>. Acesso em: 5 out. 2013.

PELOSI, B. 2011. **Conexão Educação: entrevista de Beatriz Pelosi concedida a Ana Paula Verly**. Disponível em: <<http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2013.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 103/2002**. Disponível em: <http://cederj.edu.br/fundacao/lei-da-criacao-fundacao-cecierj/>>. Acesso em: 5 out. 2013.

RIO DE JANEIRO. SEEDUC. **Currículo Mínimo: uma proposta em discussão**. 2010. Disponível em: <<http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br>>. Acesso em: 5 out. 2013.

\_\_\_\_\_. SEEDUC. **Educação: Saerj, Saerjinho, Iderj**. 2011a. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc>>. Acesso em: 5 out. 2013.

\_\_\_\_\_. SEEDUC. **Planejamento Estratégico da SEEDUC**. 2011b. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo>>. Acesso em: 5 out. 2013.

\_\_\_\_\_. SEEDUC. **Planejamento Escolar: currículo mínimo**. 2011c. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo>>. Acesso em: 5 out. 2013.

SILVA, Angela Carrancho e SANTOS, Sandra Maria dos. **Avaliação do Grau de Satisfação dos Professores de Matemática do Estado do Rio de Janeiro com o Curso de Formação Continuada Oferecido Pela Fundação CECERJ: um estudo piloto**. 2013. Disponível em: <<http://www.metaavaliacao.cesgranrio.org.br>>. Acesso em: 5 out. 2013.